

O DINHEIRO DE SÃO PAULO

O governador e o prefeito enviaram as propostas orçamentárias para 1985

Cr\$ 20 trilhões para o Estado. (E uma grande dívida.)

O governador Franco Montoro enviou ontem à Assembléia Legislativa a proposta orçamentária do Estado para o próximo ano. Previsão de despesa: Cr\$ 20,8 trilhões. A área social — Educação, Saúde, Cultura, Segurança Pública e Justiça — foi a mais privilegiada, deverá receber 74% dos recursos. São Cr\$ 3,5 trilhões, só para Educação, fora Cr\$ 800 bilhões destinados às três universidades mantidas pelo governo estadual.

A Secretaria do Planejamento, que desde abril vinha trabalhando na elaboração do orçamento, estimou em Cr\$ 9,7 trilhões as despesas previstas com o pagamento dos 650 mil funcionários públicos da administração direta e empregados das empresas estatais e autarquias.

Perda de ICM

Na mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa, o governador Montoro destacou que os efeitos negativos da crise econômica ainda persistem. Citou como exemplo o desemprego e a perda de aproximadamente Cr\$ 2,8 trilhões da receita de ICM no período 1982/83. Além disso, lamentou o fato de a União não permitir a rolagem integral da dívida interna e dificultar a rolagem da externa. Em valores atuais, a soma das duas dívidas já atinge Cr\$ 15 trilhões.

Segundo o secretário do Planejamento, José Serra, que se atrasou quase uma hora para a entrevista coletiva marcada para as 15 horas, os recursos disponíveis para o ano que vem "estão muito aquém do mínimo necessário; mas não existe mais dinheiro. Por isso, estamos usando a imaginação criadora e reduzindo os custos".

Serra disse também não saber ainda o que significará esse dinheiro a preços de 1985 já que para isso seria necessário considerar o processo inflacionário. Apenas para dar uma idéia, informou que o orçamento deste ano, inicialmente previsto em cerca de Cr\$ 5 trilhões, foi refeito, alcançando aproximadamente Cr\$ 8,3 trilhões.

Bastante irritado e procurando orientar os repórteres para que fizessem perguntas apenas sobre as realizações da administração Franco Montoro, o secretário do



José Serra,
do Planejamento:
criatividade.

Planejamento explicou que Cr\$ 13,7 trilhões são originários do ICM, cuja principal fonte (96%) são receitas tributárias do próprio Estado. Certo de que a economia será reaquecida no próximo ano e de que o emprego e a eliminação de desperdícios em todas as áreas da administração estadual estão dando bons resultados, o secretário do Planejamento distribuiu cópias de uma relação das principais obras em andamento e das que o governo pretende executar com o novo orçamento.

Mais cinco hospitais

Na área da Saúde, bastante confiante, Serra garantiu que a atual administração vai implantar o Programa Metropolitano de Saúde, que prevê a aplicação de Cr\$ 198 bilhões (a preços deste ano) até 1987, na construção de cinco hospitais com 250 leitos cada; reforma e adaptação de outros três; construção de 99 Centros de Saúde e reforma e adaptação de outros 30. Segundo o secretário, em 85, serão empregados Cr\$ 176 bilhões nessas obras. Serra também prevê a contratação de médicos residentes em mais de 200 municípios, através da aplicação de Cr\$ 10 bilhões.

Para a Educação — a área mais privilegiada no orçamento —, o governo quer construir mais de 200 novos prédios e reformar outros 350 em todo o Estado, possibilitando a geração de 150 mil novas vagas, com um investimento previsto de Cr\$ 192 bilhões.

Para a Secretaria da Justiça, os planos não são menos ambiciosos: continuação do programa de cons-

trução dos presídios regionais de Santos e Campinas, o que representaria 960 novas vagas; ampliação dos Institutos Penais Agrícolas de São José do Rio Preto e Bauru e Transformação da Casa de Custódia de Taubaté em penitenciária de segurança média. Foram alocados Cr\$ 7,3 bilhões para o programa, em 1984; para sua continuação, estão previstos Cr\$ 26,5 bilhões.

Operação Polo

Para a Segurança Pública, José Serra relacionou como metas prioritárias o prosseguimento da "Operação Polo" — Policiamento Ostensivo Localizado —, programa que deverá ser reforçado com 300 novos veículos.

Além do reforço dessas áreas, o secretário apontou outras realizações que ele julga importantes: entre elas, o sistema de transporte coletivo, destacando o prolongamento da linha leste-oeste do Metrô; execução dos programas de trólebus na Grande São Paulo, Araquara, Campinas, Ribeirão Preto e Rio Claro; abertura de aproximadamente 1.200 quilômetros de estradas vicinais; e construção de pontes metálicas em todo o Estado.

Ele citou ainda a expansão da rede de subúrbios da Fepasa, na linha Sul, até Santo Amaro. Assim como melhoramentos, construção de três novas estações na linha Oeste e melhoria geral no sistema. Para isso, o governo pretende aplicar cerca de Cr\$ 82 bilhões. Ainda no setor ferroviário, o orçamento prevê investimentos da ordem de Cr\$ 160 bilhões num programa cujo objetivo é triplicar a capacidade de carga transportada no corredor de exportação entre Uberaba e Santos.

O secretário Serra cita ainda em seu relatório obras de recuperação da malha viária do Estado; perfuração de poços profundos em várias cidades do Interior; implantação, pavimentação e obras de segurança nas rodovias; prosseguimento das obras dos sistemas de abastecimento de águas e de esgotos na Grande São Paulo e no Interior, investimentos na hidrovía Tietê-Paraná; apoio à agricultura e ao abastecimento, e ampliação do controle da poluição.

Cr\$ 4,4 trilhões para a cidade. (Devia ser 13 vezes mais.)

Neste ano que corre, o orçamento da Prefeitura de São Paulo é de Cr\$ 1,118 trilhões. Não deu: em junho, teve de ser reajustado para Cr\$ 1,153 trilhões, situação contornada com créditos de outros exercícios e algum excesso de arrecadação. Para 1985, a cidade prevê gastar Cr\$ 4,43 trilhões. Não vai dar: para atender a todas as nossas necessidades, segundo o prefeito Mário Covas, o novo orçamento teria de ser 13 vezes maior.

Por isso, a cidade terá de escolher no que vai gastar. E não será certamente em grandes obras, e muito menos na parte central da cidade, que já tem infra-estrutura e só precisa de manutenção. Se depender de Mário Covas, que encaminhou a proposta orçamentária ontem à Câmara Municipal, a cidade vai preocupar-se quase que exclusivamente com o atendimento da área social da periferia.

O grande gasto será feito com o item "despesas correntes": Cr\$ 2,9 trilhões, ou 69% do total. "Despesa corrente" significa salários do funcionalismo e encargos de manutenção de escolas, creches, hospitais e postos de saúde — assim como os encargos com a dívida municipal. Cerca de Cr\$ 1,2 trilhão foi separado para pagamento de sentenças judiciais e amortização da dívida (deste, Cr\$ 412 bilhões vão para novas obras e instalações). E os últimos Cr\$ 200 bilhões vão ficar como reserva de emergência.

Mais trólebus

A área específica que vai receber a maior dotação dentro deste novo orçamento é a de transportes: Cr\$ 853 bilhões ou 19%. Esse dinheiro será usado principalmente para desenvolvimento do Programa de Ação Imediata do Sistema Trólebus, pela CMTC. A primeira parte desse programa prevê a instalação da linha Praça das Bandeiras — Largo 13 de Maio, envolvendo terminais e obras viárias. Fora isso (que vai custar Cr\$ 45 bilhões), a CMTC recebe Cr\$ 93 bilhões, para renovar sua frota de ônibus.

Treze bilhões de cruzeiros garantem a continuação das obras do sistema viário sobre o rio Taman-



Mário Covas,
prefeito: área
social.

duatê, em convênio com o DAEE. E também há dinheiro, ainda na área de transportes, para pavimentação de núcleos residenciais da Cohab (Cr\$ 5 bilhões) e para pavimentação de outras ruas e avenidas (Cr\$ 170 bilhões). Quarenta e oito bilhões de cruzeiros ficam para conservação de vias urbanas.

Habitação e Urbanismo é o segundo maior item, Cr\$ 614 bilhões, para atender a manutenção e crescimento dos serviços indispensáveis ao funcionamento da cidade. Por exemplo, coleta, varrição e destinação final do lixo urbano, que leva Cr\$ 177 bilhões. A manutenção dos 420 mil pontos da rede pública de iluminação consumirá mais Cr\$ 90 bilhões (Cr\$10 bilhões em ampliação da rede).

E ainda há as desapropriações, Cr\$ 111 bilhões; as administrações regionais, Cr\$ 172 bilhões. E ainda Cr\$ 18 bilhões para as atividades da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano — que tem a Companhia Metropolitana de Habitação, atualmente empenhada apenas em reduzir seu próprio déficit.

44 escolas novas

Educação e Cultura ficam com 11% do orçamento, ou Cr\$ 507 bilhões, dos quais Cr\$ 431 bilhões vão para a Secretaria Municipal de Educação. A Merenda Escolar vai absorver Cr\$ 100 bilhões da dotação da Secretaria; o resto servirá para a construção de 44 novas escolas (33 de educação infantil, 11 de primeiro grau), reforma de 70 ou-

tras e manutenção de toda a rede de ensino.

A Secretaria Municipal de Cultura fica com Cr\$ 43 bilhões. E a de Esportes, com Cr\$ 21 bilhões. Só dá para manter as bibliotecas, teatros, museus, centros educacionais, balneários e o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, no Ibirapuera.

Saúde fica com Cr\$ 391 bilhões, 9% para operação da rede hospitalar, das redes de prontos-socorros e postos de saúde, para distribuição de leite a gestantes e crianças para compra de material médico-hospitalar. Pouco mais de Cr\$ 44 bilhões serão empregados na construção de quatro hospitais gerais e de 34 postos de assistência médica. (Cr\$ 59 bilhões serão encaminhados para as obras de canalização dos córregos Tatuapé e Moinho Velho (já em andamento) e dos córregos Tiquatira e Itaquera (novos), como parte do programa de saneamento.

Mais de Cr\$ 440 bilhões vão para Assistência e Previdência, o volume maior (Cr\$ 241 bilhões) para pagamento a aposentados e pensionistas. Nesse item, a Secretaria da Família e Bem Estar Social receberá Cr\$ 183 bilhões.

De onde vêm os recursos

Todos esses recursos necessários virão da atualização do Imposto Predial e Territorial Urbano — que no ano que vem será reajustado entre 160% e 165%. O prefeito Mário Covas lembrou, ontem, que esse reajuste será bem menor do que a inflação, prevista para 212% no ano. O IPTU colabora com 11,3% da arrecadação total, ou Cr\$ 498 bilhões.

Nossas outras grandes receitas: Imposto Sobre Serviços (ISS), Cr\$ 872 bilhões, iguais a 19,7%; cota-parte sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), Cr\$ 1,27 trilhão, ou 28,8%; e operações de crédito, Cr\$ 1,15 trilhão. A proposta orçamentária vai a publicação no Diário Oficial, após o que fica em pauta na Câmara, para receber emendas, por dez sessões. A votação final terá de ser feita até 30 de novembro.